


Despacho SEAMS:

☒ Homologo nos termos propostos.

☐ Não homologo.

Observações: _____

Data: 20/4/2015


Fernando Leal da Costa
Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

PARECER

Face às conclusões decorrentes da proposta de revisão da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde, propõe-se que o presente parecer seja submetido, para homologação, ao Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, com base nos resultados evidenciados no seu conteúdo.


À consideração superior,

Núcleo de Planeamento
Estratégico e Avaliação
Direção-Geral da Saúde

2014.12.02

DESPACHO

1. Concordo com o presente parecer.
2. À consideração do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, no que se refere à revisão de objetivos/indicadores do QUAR de 2014 do presente parecer técnico.


Francisco Jorge
Diretor-Geral da Saúde

PARECER TÉCNICO: SIADAP 1

Proposta de Revisão de Objetivos/Indicadores do QUAR de 2014 da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde, emitido pela Direção-Geral da Saúde - Núcleo de Planeamento Estratégico e Avaliação (de acordo com Despacho do Ministro da Saúde nº5/2012 de 22 de Março)

A Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS), remeteu, à Direção-Geral da Saúde (DGS), uma proposta de revisão de objetivos/indicadores do seu QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) de 2014, com data de entrada de 3-11-2014 (nº 10 214), e envio por correio eletrónico a 31-10-2014.

Cumpra assim analisar a proposta de modo a emitir um parecer técnico relativo ao solicitado.

A proposta apresentada recai sobre:

- a) **Objetivo Operacional 2** [Contribuir para o combate à fraude e ao desperdício no SNS através da realização de inspeções temáticas aos ACES e/ou Hospitais (OE1) - R].

A IGAS propõe alteração ao descritivo do OOp.2, o que decorre da "Necessidade de conciliar ações já programadas com o cumprimento dos despachos ministeriais, de onde se

ressalta o recente despacho de Sua Excelência o Ministro da Saúde nº. 11111/2014, de 26 de agosto, o que obriga "(...) à redefinição da amplitude deste objetivo alargando os domínios da intervenção sem desvirtuar o objetivo inicial."

Fundamenta ainda o seu pedido, no facto de ter vindo a ser chamada a participar, conjuntamente com a Polícia Judiciária e com o INFARMED, "(...) em investigações e factos suscetíveis de consubstanciar em abstrato a prática de crimes de falsificação e burla qualificada, nos quais é lesado o Serviço Nacional de Saúde (SNS), com realização de diligências nas farmácias alvo (...)". Mais explicita que tal colaboração "(...) assumiu uma escala não previsível ao nível político ou administrativo no momento do planeamento e elaboração do QUAR para 2014."

Considerando estarem em causa contingências políticas e administrativas não previsíveis, a justificar o pedido de revisão do Objetivo Operacional 2 (conforme prevê a alínea d) do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro), concorda-se com o solicitado, referindo-se que deve constar no QUAR de 2014 da IGAS, após homologação da tutela, o seguinte conteúdo:

- Objetivo Operacional 2 – Contribuir para o combate à fraude e ao desperdício no SNS através da realização de inspeções temáticas aos ACES e/ou Hospitais ou da colaboração em investigações da PJ a factos suscetíveis de constituir crime em que é lesado o SNS (OE1) - R

Face à análise, propõe-se o envio do presente parecer para homologação da Tutela sobre a revisão do QUAR 2014 da IGAS, nos termos acima referidos, relativamente: à revisão do descritivo do Objetivo Operacional 2.

A decisão que recair sobre o presente parecer será posteriormente comunicada ao dirigente máximo da IGAS.

À consideração superior,

26, de Novembro de 2014

Núcleo de Planeamento Estratégico e Avaliação